

ANÁLISE

Um Nobel para a economia da governação policêntrica

André Azevedo Alves
www.ordemlivre.co.mz

Ao receber, no final de 2009, o Prémio Sveriges Riksbank em memória de Alfred Nobel, conjuntamente com Oliver Williamson, Elinor Ostrom tornou-se a primeira mulher a figurar na lista de economistas "nobelizados". De facto, embora desde o seu aparecimento, em 1969, o prémio já tivesse distinguido 62 economistas, só em 2009 foi atribuído a uma mulher. É compreensível que esta particularidade tenha merecido amplo destaque na comunicação social, mas é o trabalho desenvolvido por Ostrom no âmbito da economia da governação – e não o facto de ser mulher – que faz com que esta atribuição do Nobel da Economia seja especialmente significativa.

O trabalho de Elinor Ostrom tem sido centrado nos mecanismos de funcionamento e regulação de sistemas económicos complexos. Procurando ultrapassar dicotomias simplistas entre estado e mercado, a investigação de Ostrom salienta a importância dos processos policêntricos de governação, bem como do desenvolvimento descentralizado das regras de propriedade e gestão dos recursos. É nessa linha que a abordagem de Ostrom desafia o entendimento convencional da "tragédia dos comuns" com relação à gestão de recursos colectivos. E tanto mais quanto a análise tradicional tende a enfatizar a forma como indivíduos racionais acabam por ser vítimas de um dilema social decorrente das características dos recursos colectivos.

O facto de os "comuns" não serem propriedade de ninguém em particular leva à previsão de sobre-utilização e delapidação desses recursos. A solução convencionalmente apontada para a "tragédia" passava por fomentar algum tipo de intervenção estatal. Essa intervenção tanto poderia consistir na estatização directa da propriedade e gestão dos comuns como na imposição de uma determinada alocação de direitos de propriedade privada sobre esses recursos, com o objectivo de promover a sua utilização mais eficiente e evitar a sua degradação ou mesmo destruição. Seja qual fosse o tipo de intervenção estatal defendida, a lógica subjacente é que os indivíduos e as comunidades são incapazes de evitar a tragédia dos comuns de forma descentralizada. Daí que a solução tivesse que vir de fora, obrigando agentes políticos e/ou burocráticos a intervir do exterior sobre a gestão desses recursos de modo a alcançar uma situação "ótima" que corresponderia necessariamente a um dos modelos de intervenção estatal.

Esse entendimento tradicional da "tragédia dos comuns"

Elinor Ostrom tornou-se a primeira mulher a figurar na lista de economistas "nobelizados". De facto, embora desde o seu aparecimento, em 1969, o prémio já tivesse distinguido 62 economistas, só em 2009 foi atribuído a uma mulher

foi posto em causa tanto pelo trabalho empírico de Elinor Ostrom como pela sua reflexão teórica sobre os problemas associados. A análise de Ostrom evidencia que, em numerosos e variados contextos geográficos e históricos, as pessoas e as comunidades foram, de facto, capazes de ultrapassar o dilema social associado à tragédia dos comuns sem o recurso à intervenção estatal externa. Desde os sistemas de irrigação à gestão dos recursos florestais, a investigação de Ostrom apresenta inúmeras situações em que regras e instituições desenvolvidas de forma descentralizada permitiram gerir recursos colectivos de forma comparativamente eficiente e impedir a concretização das previsões da abordagem tradicional à "tragédia dos comuns". Em vez de uma solução universal e única passível de ser imposta por intervenção estatal, Ostrom demonstrou que frequentemente os resultados mais eficientes e estáveis são obtidos através de regras, instituições e estruturas de governação adaptadas às circunstâncias particulares de cada contexto e adotadas com um mínimo de intervenção coercitiva externa.

Adicionalmente, Ostrom investigou as características dessas regras e instituições que aumentam as probabilidades de obter bons resultados na gestão dos recursos colectivos e quais as que acarretam riscos acrescidos de fracasso. Os bons resultados são potenciados por factores como a definição clara de direitos e deveres, os níveis de confiança e capital social e as possibilidades de monitorizar comportamentos e sancionar o desrespeito pelas regras no contexto da própria comunidade. Importante também é a capacidade de evitar intervenções de autoridades externas que desregulem (e potencialmente desintegram) os equilíbrios de regulação e governação estabelecidos a nível local.

Em suma, o trabalho de Ostrom aponta o imenso – e frequentemente esquecido – potencial de estruturas de governação policêntrica e a importância de regras e instituições consonantes com o que se poderia designar, em termos hayekianos, como processos de "ordem espontânea". A defesa da liberdade e do bom governo passa necessariamente pela compreensão da diversidade e pluralidade de formas institucionais através dos quais os indivíduos e as comunidades são capazes de resolver problemas de acção colectiva e, nesse domínio, os contributos de Elinor Ostrom podem e devem ser colocados no nível dos de James Buchanan ou Friedrich Hayek. ■